

O CONTEÚDO ECONÔMICO DO SOCIALISMO EM LENIN É O MESMO QUE EM MARX?*

Paresh Chattopadhyay

Economic and Political Weekly (Mumbai) 26 de janeiro de 1991

No texto a seguir, propomos discutir criticamente como Lenin concebeu o socialismo como uma nova forma de sociedade e em que extensão seu conceito de socialismo pode ser considerado marxista. Tal como indica o título deste artigo, atentaremos basicamente para o teor econômico do socialismo, tomando-o puramente como uma categoria teórica. Cumpre enfatizar-se que não estamos preocupados aqui com as políticas (práticas) acalentadas por Lenin, antes ou depois de Outubro de 1917, em busca da concretização do socialismo. Nosso artigo é um exercício de teoria pura.

Na sequência, a Seção I resume as principais ideias de Lenin sobre o teor econômico do socialismo, a Seção II examina essas ideias sob o prisma dos respectivos escritos de Marx, enquanto que a Seção III conclui o artigo.

I

A discussão sobre o socialismo considerado como uma formação socioeconômica específica não aparece muito nos escritos de Lenin, antes de 1917, como uma categoria teórica. Mesmo assim, é difícil aceitar a afirmação feita por um economista húngaro contemporâneo de que “antes da revolução socialista de 1917, Lenin somente fez alusões esporádicas acerca dos padrões da economia socialista” (1). Na verdade, a partir da tomada do poder político pelos Bolcheviques, em outubro de 1917, o problema de se construir uma economia socialista em seu país gradativamente preocupou a mente de Lenin. Entretanto, enquanto essa preocupação cingia-se à implementação prática do socialismo, a discussão mais compreensível de Lenin sobre socialismo como categoria puramente teórica – particularmente no que tange seu teor

* Tradução de Cibele Motta. Revisão de Nildo Viana. Tradução e publicação autorizada pelo autor.

O tema do presente trabalho foi apresentado primeiramente em uma “Conferência sobre a Tradição Intelectual Marxista” interdisciplinar da Universidade Estadual de Nova Iorque, em Buffalo, em 27-29 de abril de 1990. Mais tarde, esse foi o assunto de uma palestra na Universidade Central, em Hyderabad, em julho de 1990. Somos gratos aos participantes nestes encontros por seus comentários críticos e, particularmente, a N Krishnaji e Paul Zarembka por seus encorajamentos.

As citações dos textos de Lenin e dos textos de Marx em outras línguas que não o inglês são apresentados com nossa própria tradução. No entanto, para a conveniência dos leitores, apresentamos – onde pudemos – as referências para as versões padrão em inglês dos textos relevantes lado a lado.]

econômico – precede a tomada do poder ocorrida em Outubro e é encontrada principalmente no famoso, embora incompleto, panfleto *O Estado e a Revolução*. Por outro lado, nos escritos de Lenin pós-Outubro aparecem importantes formulações teóricas sobre o socialismo. No presente artigo, tentaremos comentar o que consideramos serem os escritos mais importantes de Lenin sobre a economia socialista, antes e depois de Outubro de 1917, de modo que atentaremos particularmente para a importante discussão travada em *O Estado e a Revolução*.

Lenin faz uma distinção entre socialismo e comunismo, bem como identifica o socialismo com o que já é, segundo Marx, a “primeira fase do comunismo”. Desse modo ele sustenta que “do capitalismo a humanidade pode passar diretamente apenas para o socialismo” e que “o socialismo deve inevitavelmente crescer... gradualmente tornando-se comunismo” (2). Outrossim, após levantar a questão “o que é comunismo e o que o distingue do socialismo?”, Lenin responde que o comunismo é uma “forma superior de sociedade” comparada ao socialismo, este último sendo a “primeira forma da nova sociedade” (3). Por outro lado, Lenin associa explicitamente o “socialismo” com a “primeira fase do comunismo” aventada por Marx (4), enquanto que se refere, ao mesmo tempo à “distinção científica entre socialismo e comunismo” (5). De acordo com esse último argumento ele aduz a duas “transições” distintas, uma “do capitalismo ao socialismo” e a outra “do socialismo ao comunismo” (6).

Com relação ao próprio socialismo, Lenin concebe-o como um sistema de “propriedade social dos meios de produção e de distribuição de produtos conforme a medida de trabalho de cada um” (7). Por “propriedade social dos meios de produção” ou, alternativamente, “a propriedade comum de toda a sociedade sobre os meios de produção” (8), Lenin alude – negativamente falando – à abolição da “propriedade privada dos meios de produção” (9), em que, novamente, por “propriedade privada” ele refere-se à “propriedade privada de indivíduos separados (otdel'nykh lits)” (10). No socialismo “os meios de produção não são mais propriedade privada de indivíduos separados, os meios de produção pertencem a toda a sociedade” (11). Positivamente falando, “a propriedade social dos meios de produção” significa, para Lenin, “os meios de produção pertencendo ao poder estatal da classe trabalhadora”, ou “a propriedade dos meios de produção estando nas mãos do estado (classe trabalhadora)”, tal como ele aduz em um de seus artigos (12). Ele qualifica as empresas como sendo de “tipo socialista conseqüente” quando estas, incluindo o “terreno em que elas estão localizadas”, pertencem ao “Estado (classe trabalhadora)” (13).

Dando continuidade sobre a transformação da forma de propriedade, Lenin observa que, sob o socialismo, “será impossível usurpar os meios de produção e torná-los propriedade privada, a exploração do indivíduo pelo indivíduo será impossível” (14).

No tocante às relações de distribuição no socialismo – compreendido na acepção de Marx como “primeira fase do comunismo” – Lenin, parafraseando as *Glosas Marginais* de 1875, de Marx, nota que “todo membro da sociedade, desempenhando certa parte do trabalho socialmente necessário, recebe da sociedade um bônus dando conta de que ele/ela fez certa quantidade de trabalho”. Assim, “depois de feita uma dedução da quantidade de trabalho destinado ao fundo público” cada trabalhador recebe, em troca do bônus, uma quantia correspondente de produtos vindos da reserva pública de bens de consumo e, logo, “recebe da sociedade tanto quanto ele/ela deu para aquela”. Seguindo Marx textualmente, Lenin indica que esse “direito igualitário” do trabalhador, ao aplicar uma medida igual para pessoas diferentes, implica, de fato, desigualdade e, por isso, não ultrapassa o “estreito horizonte do direito burguês”. Lenin conclui que esse “direito burguês”, no socialismo, requer a presença do “estado burguês” para endossá-lo, claro, “sem a burguesia” (15).

Lenin adiante observa, referindo-se à “primeira fase do comunismo”, que, porquanto o comunismo não pode ainda libertar-se inteiramente das tradições ou vestígios do capitalismo, haverá (na sua fase inicial) “igualdade de todos os membros da sociedade (somente) em relação à propriedade dos meios de produção, isto é, igualdade de trabalho e remuneração” (16). Com certa distinção, todavia, na primeira fase da sociedade comunista “todos os cidadãos são transformados em empregados do estado... ou seja, um único sindicato estatal para todo o país... com igualdade de trabalho e salário” (17).

Finalmente, no que tange às relações de troca, Lenin exclui do socialismo a produção de mercadorias. O fim do capitalismo significaria para ele “a eliminação da produção de mercadorias” (18) e, na nova ordem social, “a distribuição de produtos organizada e por todo estado” deve “substituir o comércio” (19). Igualmente, o Programa Partidário adotado em 1919, sob sua liderança direta, enfatiza a necessidade de “aplicar medidas para estender a contabilidade sem utilização de dinheiro e para propiciar a eliminação do dinheiro” (20).

A postura de Lenin que acabamos de citar – a saber, a incompatibilidade do socialismo com a produção de mercadorias – refere-se aos seus textos compostos antes do início da “Nova Política Econômica” (NEP), em 1921. Há uma visão razoavelmente disseminada de que a aludida postura em seus escritos alterou-se com o

começo da NEP, e que, nesses escritos, Lenin enfatizou a compatibilidade, se não a necessidade, da produção de mercadorias com o socialismo (21). Tal visão, nós insistimos, não é totalmente correta.

O que mudou na perspectiva de Lenin, no período após o denominado “Comunismo de Guerra”, não foi sua postura básica acerca da produção de mercadorias com relação ao socialismo, mas, antes, a maneira pela qual ele encarava essa produção com relação à transição para o socialismo. De fato, como pode ser constatado mediante os escritos e discursos de Lenin após o período do “Comunismo de Guerra”, sua única preocupação durante os últimos anos de sua vida foi com os problemas específicos de se alcançar o socialismo – na ausência de revoluções proletárias na Europa Ocidental – na situação da economia retrógrada da Rússia, marcada fortemente por traços do pré-capitalismo.

A respeito disso, Lenin admite erros anteriores de política da liderança Bolchevique. “Nós”, escreve ele sobre o quarto aniversário de outubro, “somos reconhecidos por estabelecer – sob o comando direto do estado proletário – a produção e distribuição estatal de produtos em linhas comunistas num país de pequenos camponeses. A vida tem mostrado o nosso erro.” Agora ele percebe que em um “país de pequenos camponeses” (como a Rússia) o socialismo tem de ser alcançado “por meio do capitalismo de Estado” — “guiado” pelo “comerciante atacadista” (22). Lenin pede ao partido, na “economia de transição contemporânea do capitalismo para o socialismo” (23), para “captar o comércio como o elo... nas formas transitórias da [nossa] contribuição socialista... para criar a base para as relações socioeconômicas socialistas” (24). Quando Lenin afirma que “troca de mercadorias pelo campesinato” constitui “a base econômica do socialismo” (25), ele parece querer dizer que a produção de mercadorias e seu respectivo comércio, embora não sejam elementos do próprio socialismo, servem como “elos mediadores” para a “transição do patriarcalismo e da pequena produção para o socialismo” (26), como se fossem “passarelas firmes para o socialismo através do capitalismo estatal” (27). Ao contrário, “a troca socialista de produtos”, Lenin enfatiza, “não são mercadorias no sentido político-econômico do termo” (28).

Quando, em um de seus últimos escritos, Lenin assevera que “tem havido uma mudança radical em nosso ponto de vista sobre o socialismo”. Essa “mudança” tem pouco a ver com a postura fundamental de Lenin sobre a produção de mercadorias na sociedade futura. Essa “mudança”, na verdade, refere-se à nova ênfase no “crescimento da cooperação” e na necessidade de “revolução cultural” – longe da

preocupação anterior com a “conquista do poder político” – para “um avanço rumo ao socialismo” (*pereiti K sotsializmu*) exigindo uma “época histórica inteira” (29).

II

A

Anteriormente, referimo-nos à distinção entre o socialismo e o comunismo segundo Lenin, bem como sua identificação do socialismo com a “primeira fase do comunismo”. Essas contribuições são próprias de Lenin e não de Marx. Marx utiliza os termos “socialismo” e “comunismo” em lugares diferentes com indiferença e equivalência – sem fazer qualquer distinção entre eles – assim como outros termos equivalentes, tais como “união”, “associação” ou “sociedade de produtores” para designar a nova formação econômico-social, baseada no que ele chama de “modo de produção associado” (30), que sucederá a antiga formação baseada no modo de produção capitalista.

A não distinção de Marx entre o socialismo e o “comunismo” decorre naturalmente de sua periodização trifásica da evolução da sociedade humana com base na relação entre os produtores e suas condições de produção: “união original”, “separação” e “restauração da união original em uma nova forma histórica” (31) em que, como deve estar claro, a terceira fase refere-se à “sociedade de produtores livres e associados” superando “a separação”. (Quase duas décadas antes, Marx, igualmente, escrevera sobre “três formas sociais” de desenvolvimento humano: “dependência pessoal”, “independência pessoal baseada na dependência material” e “individualidade livre baseada no desenvolvimento universal dos indivíduos e no domínio de sua produtividade, comum e social, como seu poder social” (32), este último, por óbvio, referindo-se ao socialismo ou comunismo). Quando Marx, em suas “Glosas Marginais” de 1875, alude a uma fase “inferior” e outra “superior” em relação à sociedade do futuro, ele não está se referindo a duas sociedades baseadas em dois diferentes modos de produção, mas está se referindo a uma única sociedade que passa por duas fases históricas, assim como ele refere-se à subsunção “formal” e “real” do trabalho ao capital em duas fases distintas pelas quais uma única sociedade – a sociedade capitalista, baseada na separação dos trabalhadores das condições de produção – passa. Nesse sentido, Marx poderia muito bem falar em fase “inferior” e “superior” da sociedade “socialista” (33). De fato, em seu artigo “Enciclopédia” sobre “Karl Marx”, escrito às vésperas da primeira guerra mundial, Lenin, seguindo escrupulosamente Marx, não faz qualquer distinção entre socialismo e comunismo e,

em uma seção inteira dedicada à sociedade do futuro, fala exclusivamente do “socialismo” (34).

Deve-se enfatizar que o período que parte do capitalismo ao estabelecimento do “sistema republicano de associação de produtores livres e iguais” – como a *Resolução do Primeiro Congresso da Primeira Internacional* (esboçado por Marx) a denominou – é justamente chamado por Marx de o “período de transição política” de acordo com o papel absolutamente político do proletariado (35), que ainda não transformou o modo de produção capitalista (36). A ideia comumente aceita do socialismo como a transição entre o capitalismo e o comunismo não tem base nos textos de Marx (37).

B

No que diz respeito à própria sociedade socialista – assumindo, como Lenin, que esta é a tal “primeira fase do comunismo” de Marx – a postura de Lenin sobre a ausência de produção de mercadorias no socialismo – que abordamos anteriormente – parece estar em harmonia com a postura de Marx (nosso artigo, não sendo sobre Marx, não nos permite ir adiante à questão da produção de mercadorias com relação ao socialismo, como previsto por Marx). Nós simplesmente nos referimos aqui a dois textos de Marx, produzidos em dois períodos diferentes. “A necessidade de transformar o produto ou a atividade dos indivíduos em valor de troca”, diz o primeiro e mais antigo texto, “prova que a produção dos indivíduos é... não a consequência da associação que distribui o trabalho [social] entre em si... Aqui, os indivíduos estão subsumidos numa produção social que lhes é alheia e existe como uma fatalidade. Nada, portanto, é mais absurdo do que supor o controle dos indivíduos associados sobre sua respectiva produção com base no valor de troca” (38). O segundo texto, escrito duas décadas depois, refere-se especificamente à “sociedade comunista tão logo originada [*hervorgeht*] da sociedade capitalista” – em outras palavras, a sociedade designada por Lenin como “socialista” – e afirma que então “os produtores não trocam seus produtos [*tauschen ihre Produkte nicht ans*] e tampouco o trabalho empregado nesses produtos aparece como valor” (39).

Contudo, cumpre-nos anotar que a postura de Lenin sobre essa questão não está completamente livre de ambiguidades. Conquanto ele sustente que “a troca de produtos socialistas” “não [são] mercadorias” – como vimos acima –, ao menos em um lugar, entretanto, ele identifica “a troca socialista” com “um [certo] tipo de troca de mercadorias (*toverooobmen*)” e, daí, distingue-a da “compra, venda e troca ordinárias” (40).

No tocante à distribuição do produto social no socialismo, entendido como “primeira fase do comunismo” de Marx, Lenin adere amplamente ao princípio básico de Marx de distribuição de meios de consumo entre os membros da sociedade – após realizada a dedução necessária em favor dos fundos comuns – com base na quantidade de trabalho com que cada membro contribuiu para o total de trabalho social.

Por outro lado, ao contrário de Marx, Lenin dificilmente prevê a nova sociedade como uma sociedade de “produtores livres e associados” baseados no “modo de produção associado”. Abordando a questão basicamente pelo viés da propriedade, Lenin, entretanto, concebe o socialismo não em termos de “relações de propriedade” no sentido de Marx – isto é, “expressão jurídica” de uma relação específica de produção (41) –, mas em termos de uma forma específica de propriedade, isto é, propriedade estatal, negando, pois, a “propriedade privada de pessoas separadas”. Em segundo lugar, para Lenin, a negação da propriedade privada (individual) dos meios de produção, levando à propriedade estatal (proletária) é equivalente à “propriedade social” dos meios de produção que, por sua vez, significa, ao mesmo tempo, o fim da “exploração de pessoa por pessoa”, como observamos anteriormente. Em ambos os casos, Lenin, nós afirmamos, reduz consideravelmente o espectro marxista. Elaboremos, pois, nossa assertiva na seguinte subseção.

C

Marx assinala que a produção é simplesmente a “apropriação” da natureza por indivíduos “mediante o trabalho”, é “propriedade sobre o trabalho objetificado”. Assim, “o que aparenta ser um processo real é reconhecido como uma relação jurídica” (42). Nesse sentido, as relações de propriedade são simplesmente uma “expressão jurídica” das relações de produção, elas apenas “refletem” as relações econômicas (reais) que constituem seu “conteúdo” (43). Mas, dentro de uma relação idêntica de propriedade e correspondendo a uma relação específica de produção, podem haver diferentes formas de propriedade, como Marx mostra particularmente em relação ao capitalismo. Logo, sob a relação de propriedade capitalista, a propriedade particular e individual dos meios de produção – “propriedade privada de pessoas separadas”, como Lenin a chamaria - não é a única forma de propriedade, embora, historicamente, seja o ponto de partida para a expropriação dos produtores imediatos. No curso de seu desenvolvimento, a produção capitalista atinge um estágio em que as exigências da acumulação de capital são tais que este tem de ser “libertado” da propriedade privada individual e transformado em propriedade dos capitalistas “associados”, inaugurando, pois, o “capital diretamente social”, é claro, “com todas as suas contradições” (44).

A primeira forma de “capitalismo coletivo” Marx observa no capital social – mostrando a separação entre propriedade dos meios de produção e o processo de produção em si – em que, no próprio modo de produção capitalista, acontece a “abolição (superação) da propriedade privada nos meios de produção” (45). Uma segunda forma de “capitalismo coletivo” – sendo os capitalistas apenas “funcionários do capital” e não seus proprietários individuais – é representada pelo “próprio estado” como um “produtor capitalista [com] seus produtos igualados a uma mercadoria” mediante seu “emprego de trabalho assalariado produtivo” (46). Por outro lado, em um determinado estágio de acumulação de capital, a “centralização do capital chegaria ao seu limite... onde o capital total nacional constituiria apenas um capital único nas mãos de um único capitalista”, como anota Marx na versão francesa d’*O Capital* (vol I) (47). Esse “capitalista único”, poderíamos acrescentar, poderia muito bem ser o estado, dada sua existência como sendo capitalista. O capital, destarte, atingiria sua completa “libertação” de todas as restrições da propriedade privada individual. No entanto, o capital como uma específica relação de propriedade – “refletindo” sua relação de produção – permanece invariável sob essas diferentes (e mutáveis) formas de propriedade do capital. Em outras palavras, a partir de uma perspectiva marxista, mesmo na ausência completa da “propriedade privada” nos meios de produção, em seu sentido leninista, o capitalismo poderia continuar a existir. (Em sua discussão sobre o que ele chama de “capitalismo monopolista”, em seu *Imperialismo* (cap. III), Lenin, de fato, refere-se à separação da propriedade no capital da sua “aplicação” na produção, mas, curiosamente, sequer se refere à conclusão revolucionária a que Marx chegou sobre a irrelevância da propriedade privada individual dos meios de produção para a existência do capital) (48).

Por outro lado, “a propriedade privada capitalista” tem um outro significado mais profundo para Marx (e Engels), que não figura na discussão de Lenin. Aqui “propriedade privada” é o mesmo que propriedade de classe à qual se pudesse subsumir a propriedade capitalista seja individual ou coletiva. Como Marx assevera, tal é a “propriedade privada de uma parte da sociedade” (49), aqui os “meios de produção são monopolizados por uma parte distinta da sociedade” (50). Assim, quando o *Manifesto Comunista* declara que o comunista pode sintetizar sua teoria em uma única expressão: “abolição da propriedade privada”, esta última expressão é utilizada claramente no sentido de haver o “desaparecimento da propriedade de classe” (*Aufhören des Klasseneigentums*) (51). Outrossim, Marx escreve quase duas décadas e meia mais tarde: “a Comuna, eles exclamam, pretende abolir a propriedade, a base de toda a civilização! Sim, senhores, a Comuna tem a intenção de abolir a propriedade de classe, o que torna o trabalho de muitos a riqueza de poucos!” (52). É

evidente que Marx condiciona a abolição do capitalismo à abolição da “propriedade privada capitalista”, não apenas no sentido da propriedade privada individual. Nesse aspecto fundamental, a “propriedade privada capitalista” é idêntica ao seu oposto, isto é, a não-propriedade dos trabalhadores (dos meios de produção) e, totalmente coincidente com relação de propriedade capitalista, continua a existir enquanto a produção capitalista existe, mesmo quando esta última tiver eliminado a propriedade privada dos meios de produção no sentido de Lenin.

Observamos anteriormente que o argumento de Lenin de que a abolição da propriedade privada individual dos meios de produção é equivalente à “propriedade comum” da sociedade sobre os meios de produção, esta última sendo, por sua vez, equivalente à “propriedade dos meios de produção” pelo “estado da classe trabalhadora”. Aqui, novamente, a postura marxista é diferente. É verdade que Marx também fala de “meios comuns de produção” (53), ou “propriedade comum dos meios de produção” (54), porém, ao contrário de Lenin, Marx não iguala isso nem com a abolição da propriedade privada dos meios de produção por “indivíduos separados”, nem com a propriedade estatal (proletária) dos meios de produção. Tomemos esses dois pontos.

Nós argumentamos acima que, segundo Marx, a eliminação da propriedade privada individual dos meios de produção não tem que esperar pela revolução socialista. Ela já foi alcançada pelo próprio capital no curso de sua acumulação. Naturalmente, a “propriedade privada capitalista”, no sentido fundamental marxista de propriedade de classe capitalista – alheia às formas específicas que ela assume – não pode, por definição, ser abolida pelo capital e é eliminada junto com o capital pela revolução socialista. Para Marx, a “propriedade comum” dos meios de produção refere-se à abolição da propriedade capitalista somente no último sentido. É nesse sentido, como afirma o *Manifesto Comunista*, que “a revolução comunista [ou revolução socialista] é a ruptura mais radical com a tradicional relação de propriedade”, em que, como vimos acima, “as relações de propriedade” são simplesmente “a forma jurídica de expressar as relações de produção”.

A “propriedade comum” ou “social” de Marx refere-se ainda à “apropriação real dos meios de produção, sua subjugação pela classe associada de trabalhadores (*unter die assoziierte Arbeiterklasse*)” (55). Essa propriedade não tem nada a ver com a propriedade estatal (“pública”). Com efeito, o regime proletário começa por “centralizar todos os instrumentos de produção nas mãos do estado”, tal como afirma o *Manifesto Comunista*. Todavia, esse ato que usualmente é chamado de

“nacionalização” nada tem a ver com o socialismo. Antes disso, ele é realizado como um processo de mediação para a “transformação desses meios de produção em instrumentos de trabalho livre e associado” (56). Essa mudança na forma de propriedade burguesa significaria, basicamente, que o proletariado primeiro tem de completar a tarefa inacabada, por assim dizer, pelo próprio capital antes de inaugurar – e como um meio de se inaugurar – sua própria emancipação. (Discutimos anteriormente que a ditadura do proletariado, conquanto modifique gradualmente o modo de produção capitalista, não o supera completamente antes de sua própria extinção).

É somente ao longo do tempo, com o desaparecimento do estado proletário, quando “todo o modo de produção revolucionar-se” e o socialismo começar, que a metamorfose real do que Marx chama de “propriedade capitalista privada” dará lugar à apropriação pela sociedade como um todo, porquanto só então “toda a produção está concentrada” não nas mãos do Estado – uma vez que o “poder público” perdeu “o seu caráter político” – mas “nas mãos dos indivíduos associados (*in den Handen der assoziierten Individuen*)” (57). Consequentemente, do ponto de vista de Marx, o argumento leninista sobre o fim da exploração de pessoa por pessoa simplesmente mediante a ausência da propriedade privada individual – referida anteriormente – não está bem correto. Na perspectiva marxista, tal exploração encerra-se somente com a eliminação da propriedade privada capitalista concebida como propriedade de classe que inclui a propriedade privada individual apenas como uma subclasse. De fato, no próprio texto que Lenin analisa e utiliza para sua conclusão, Marx não fala da propriedade privada dos “indivíduos separados” sobre as condições de produção quando se refere à propriedade capitalista, mas de “condições materiais de produção sendo repartida aos não-trabalhadores sob forma de propriedade em capital” – isto é, precisamente, a propriedade da classe capitalista, incluindo todas as suas formas distintas – e de sua transformação em “propriedade cooperativa dos próprios trabalhadores” (58).

Sabe-se que Lenin também fala de “socialismo” como se fosse equivalente a uma “cooperativa compreendendo toda a sociedade” (59) – o mais próximo que ele chega a tratar o socialismo em termos de (novas) relações de produção. No entanto, esse “socialismo”, representando o “regime de cooperadores civilizados”, como depois ele viria a chamá-lo, é baseado na “apropriação dos meios de produção” pelo “poder político da classe trabalhadora”, situação esta comparada por Lenin à “apropriação pelo estado socialista” ou, como alternativa, à “propriedade social” (60). Desse modo, Lenin parece obscurecer a distinção entre a ditadura do proletariado e o

socialismo, mesmo quando este último é comparado à “primeira fase do comunismo” de Marx (61).

D

Anteriormente, referimo-nos à observação de Lenin de que o estado permanece na primeira fase do comunismo na medida em que reforça o “direito burguês” na distribuição de bens de consumo entre os membros da sociedade. Essa é, naturalmente, uma conclusão própria de Lenin, a qual ele parece afirmar que derivou das *Glosas Marginais* de 1875, de Marx. Lenin assim o faz ao ligar duas seções analiticamente separadas no texto de Marx – uma sobre a distribuição de bens de consumo e a outra sobre o estado. Vejamos, pois, até onde a inferência de Lenin é respaldada pelos textos de Marx.

Primeiro, no que diz respeito à distribuição de bens de consumo entre os membros da nova sociedade, Marx fala dela em vários lugares e de formas alternativas (62), porém em momento algum traz o estado para reforçar o “direito burguês” que lhe é subjacente. O “bônus de trabalho” – em oposição à remuneração – que habilita o trabalhador a sacar sua quota do estoque de consumo comum da sociedade, o trabalhador “recebe da sociedade (*erhalt von der Gesellschaft*)” (63) e não do estado. De fato, a primeira fase do comunismo, que é introduzida após a ditadura do proletariado, isto é, o estado proletário ter encontrado sua morte natural (junto com o desaparecimento do próprio proletariado), não requer um estado especial (maquinaria) para “salvaguardar” seja a “propriedade comum dos meios de produção” seja a “igualdade de trabalho”, como Lenin o faria. Se a “sociedade” – e não o estado – pode “distribuir a força de trabalho e os meios de produção entre os diferentes ramos de ocupação”, como assinala Marx (64), não há razão para que a mesma sociedade, isto é, os próprios “produtores associados”, não possa regular a distribuição de bens de consumo entre os membros da sociedade.

Em segundo lugar, quanto à questão do Estado, na seção primeira do capítulo V do *Estado e Revolução*, Lenin cita as seguintes linhas das “*Glosas Marginais*” de 1875, de Marx: “A questão então é: por qual transformação a forma do estado (*staatswesen*) submeter-se-á numa sociedade comunista? Em outras palavras, quais funções sociais restarão que são análogas às funções atuais do estado?” (65). Na terceira seção do mesmo capítulo, Lenin debate o problema da distribuição de bens de consumo entre os membros da sociedade, ainda incapaz de transgredir o “direito

burguês”, e, na quarta seção – dedicada à questão da “fase superior” da sociedade comunista – Lenin afirma que somente nessa fase o estado perecerá completamente, e acrescenta: “Por conseguinte, conclui-se que sob o comunismo não só o direito burguês restará por um tempo, mas até mesmo o estado burguês – sem a burguesia” (66). Nós insistimos que essa conclusão de Lenin não decorre necessariamente do(s) texto(s) de Marx. Vejamos o porquê.

Acontece, pois, que Marx tem uma posição semelhante em relação à produção de mercadorias no comunismo (primeira fase). Assim, ao discutir o princípio da distribuição de bens de consumo entre os membros da sociedade do futuro, Marx refere-se explicitamente ao princípio subjacente à produção de mercadorias “apenas como um paralelo” (69), o que, obviamente, tem o mesmo sentido de uma “analogia”. No entanto, como já sabemos, de acordo com Marx, a sociedade, em conexão com o traçado desse paralelo ou analogia exclui completamente a produção de mercadorias. Com base nisso, poderíamos pensar que levantar a questão da existência de funções – no futuro da sociedade – “análogas” àquelas do estado moderno não quer significar a existência do próprio estado naquela sociedade mais do que esboçar um “paralelo” com a produção de mercadorias em conexão com a distribuição naquela sociedade ou mesmo mantendo a “mesmisse” do “princípio da troca de mercadorias” com aquele da distribuição naquela sociedade (70), significaria a existência da produção de mercadorias na primeira fase do comunismo. (Aliás, a especulação de Marx sobre o futuro de funções “análogas” àquelas do estado moderno refere-se à “sociedade comunista” como tal, não especificamente à sua “primeira fase”) (71). Por outro lado, em uma série de textos espalhados ao longo de praticamente toda a sua vida, Marx explicitamente exclui o estado da “Associação” (que substitui a sociedade capitalista) (72).

Finalmente, consideremos o argumento de Lenin – referido anteriormente – de que “todos os cidadãos”, na primeira fase do comunismo, “são transformados em empregados contratados (*sluzhashchikh po naimu*) e trabalhadores de um sindicato do estado” para o qual existe “igualdade de trabalho e salário (*zarabotnoi platyi*)” (73). Essa perspectiva do socialismo em Lenin é, nós insistimos, completamente diferente – se não oposta – à perspectiva marxista, mesmo quando esta se refere à primeira fase do comunismo.

Para Marx, como ele reitera no próprio texto que Lenin está considerando aqui, salário é simplesmente “o valor ou preço da força de trabalho”, e se a força de trabalho deixa de ser uma mercadoria (juntamente com o desaparecimento do capital),

não pode haver, obviamente, salário como remuneração do trabalho. Para Marx, a “Associação” - em qualquer estágio - de trabalhadores (auto) emancipados e a forma de remuneração salarial são, por definição, incompatíveis. Sobre esta questão, a posição de Marx é muito bem conhecida para necessitar de qualquer citação de textos específicos. Deve ser enfatizado que os “bônus de trabalho” concedidos aos trabalhadores pela sociedade, na primeira fase do comunismo, de modo algum constituem remuneração “salarial”, mesmo enquanto a sociedade ainda não tiver transgredido o “estreito horizonte burguês” (74). Quanto aos “empregados contratados do sindicato estatal”, eles, evidentemente, continuariam bem com a forma salarial de pagamento. Mas, novamente, de acordo com Marx, não podem haver empregados contratados na “sociedade cooperativa de produtores”. Em seu discurso inaugural para a Associação Internacional dos Trabalhadores, Marx, na verdade, opôs o “trabalho contratado” ao “trabalho associado”. Pode ser que Lenin, no debate sobre remuneração “salarial” e “empregados contratados” - referido aqui - realmente tem em mente a ditadura do proletariado e não o socialismo (na acepção dele). Mas o contexto do seu debate, como está claro no respectivo texto, é a primeira fase do comunismo e não o “período de transição política”. Logo, a análise é bastante ambígua, para dizer o mínimo.

III

Concluimos que o conteúdo econômico do socialismo, segundo Lenin, não é exatamente o mesmo que segundo Marx. Em seu debate sobre o socialismo, Lenin afasta-se, bem como segue Marx.

Em Marx, não há distinção entre socialismo e comunismo, tampouco se referem à “sociedade de produtores livres e associados”, que passa por (pelo menos) duas fases seguidas. Lenin chama de socialismo a primeira fase da nova sociedade de Marx e (muitas vezes) reserva o termo “comunismo” para a segunda fase. Em segundo lugar, a abordagem de Lenin sobre o socialismo é bem estreita, se comparada à de Marx, e, basicamente, jurídica. É em termos de uma forma específica de propriedade dos meios de produção, em que o socialismo supostamente é baseado na “propriedade social” (dos meios de produção), equiparado à propriedade estatal (proletária), e é oposto à propriedade privada de “indivíduos separados” dos meios de produção, que deve estar à base do capitalismo. O conceito de propriedade - inclusive de “propriedade social” dos meios de produção - é muito diferente em Marx. Por outro lado, Lenin basicamente aceita a posição de Marx sobre a questão da distribuição de bens de consumo no comunismo (em ambas as fases), bem como o argumento de

Marx de que não há produção de mercadorias, mesmo na primeira fase da nova sociedade.

A postura de Lenin, de novo, é claramente diferente da de Marx quando ele acredita na existência de forma salarial de remuneração para os “trabalhadores contratados” do sindicato estatal, bem como na necessidade de existência de alguma forma de “estado burguês” (“sem a burguesia”, é claro) na primeira fase do comunismo. Nenhum desses elementos é parte da “Associação” marxista.

Deve-se destacar que as divergências entre o conceito de Lenin de socialismo e o de Marx não podem ser adequadamente explicadas (ou elucidadas) pela referência a qualquer conjuntura particular que Lenin enfrentou durante a “aplicação concreta” do socialismo marxista, simplesmente porque a maioria dos elementos das divergências é encontrada nos escritos teóricos de Lenin antes da tomada de poder de Outubro – particularmente em *O Estado e a Revolução*, uma obra de pura teoria, talvez a última que Lenin tenha escrito sem muita relação com as exigências da “aplicação” (75). Gostaríamos, sim, de sugerir que, enquanto justamente lutando para manter o marxismo como um guia para a prática revolucionária do proletariado contra o reformismo da II Internacional, Lenin, em última análise, não parece ter conseguido transgredir completamente o estreito horizonte da Segunda Internacional, que considerava o socialismo como basicamente a “propriedade estatal” (proletária) dos meios de produção, em oposição à visão emancipadora de Marx de uma sociedade de produtores livres e associados, criados por eles mesmos como um ato de sua autolibertação.

Notas

1. L Szamnelly, *First Models of the Socialist Economic Systems: Principles and Theories* (Budapeste, Akademiai Kiado, 1974: p 46).
2. 'Zadachi proletariata v nashei revoliutsii' (1917), *Izbrannye Proizvedeniya* (hereafter IP) II (Moscou, 1982: p 42); *The Tasks of the Proletariat in our Revolution'* (1917), *Selected Works* (hereafter SW) II (Moscou, 1975: p 60).
3. 'Doklad O subbotnikakh na Moskovsjoii obshchegarodskoi konferentsii RKP (B)' (1919), *Polnoe sobranie sochinenii* (hereafter PSS) p 40 (Moscou, 1963: p 280).
4. 'Gosudarstvo i revoliutsia' (hereafter 'GR') (1917), IP II: pp 301-302; 'The State and Revolution' (hereafter SR) (1917), SW II: pp 305, 306.
5. *Ibid*, IP II: p 305; SW II: p 310.
6. 'O prolovol'stvennom naloge' (1921), IP III (Moscou 1982: pp. 530, 541-42); '(On) The Tax in Kind'(1921), SW III (Moscou. 1971: pp 589, 600). Posteriormente, esse

se tornaria o modelo sustentado pelos dirigentes soviéticos e seus seguidores internacionais.

7. 'Zadachi' (1917} IP II: p 42; The Tasks' (1917) SW II: p 60.
8. 'OR', IP II: p 302; 'SR' SW II: p 306.
9. 'Rech' na I vs Rossiiskom s'ezde..' (1918) IP II: p 669; 'speech at the 1st All-Russia Congress..: (1918) SW II: p 660.
10. 'OR', IP II: pp 300, 302; 'SR' SW II: pp 305, 306. A palavra 'separados' não aparece na versão em inglês padrão (nossa ênfase).
11. Ibid, IP II: p 300; ibid, SW II: p 305, (nossa ênfase).
12. 'O kooperastii' (1923) IP III: pp 711, 712, 714; 'on cooperation' (1923) SWII: pp 760, 761, 763.
13. Ibid: p 715; ibid: p 764.
14. 'GR', IP II: p 301; 'SR', SW II: p 306.
15. 15 Ibid, pp 301, 302, 306; ibid: pp 305, 307, 310.
16. Ibid, p 306; ibid: pp 310-311.
17. Ibid: p 308; ibid: p 312.
18. 'Pervonachal'nyi variant stati' 'ocherednye zadachi Sovetskoi vlasti' (1918) PSS 36 (Moscou, 1962; p 151).
19. 'Proekt programmayi RKP(B)' (1919) PSS 38 (Moscou, 1963; p 121).
20. KPSS v Resoliutsiakh i Resheniach II (Moscou, 1970, p 55).
21. Desse modo, dois economistas soviéticos, N. Shmelev e V. Popov, representando um consenso entre os acadêmicos soviéticos contemporâneos, escrevem: "A visão de Lenin sobre as relações de mercadoria- dinheiro sob o socialismo gradualmente se alterou ao longo da NEP", *The Turning Point: Revitalising the Soviet Economy* (Nova Iorque, Doubleday, 1989; p 285).
22. 'K Chetyrekhletnei godovshchine oktyabr'skoi revoliutsu" (1921), IP III: p 594; '(Towards) The Fourth Anniversary of the October Revolution' (1921). SW III: 647 (ênfase no Original).
23. 'O prodovol'stvennom naloge" IP III: p 530; '(On) The Tax in Kind', SW III: 589 (nossa ênfase).
24. 'O znachenii zolota..: (1921), IP III: p 599; '(On) The Importance of Gold..! (1921), SW III: p 652 (nossa ênfase).
25. 'Planyi broshiuryi 'O prodovol'stvennom naloge' (1921), PSS 43 (Moscou, 1963): p385.
26. 'O prodovol'stvennom naloge1, IP III: p 549'; '(On) Tax in Kind', SW III: p 606.
27. 'K Chetyrekhletnei godovshchine..:, IP III: p 594; '(Towards) The Fourth Anniversary'. SW III: p 647 (nossa ênfase).

28. 'O prodovol'stvennom naloge', IP III: p 561; '(On) Tax in Kind', SW III: p 618' 'Nakaz ot sto'mestnym Sovetskim uchrezhdeniyam', (1921), PSS 43 (Moscou, 1964): p 276.
29. 'O Kooperatsiu', IP III: pp 713, 714, 717; 'On Co-operation', SW III: pp 761, 762,766 (nossa ênfase).
30. DasKapital (hereafter DK) III (Berlin, Dietz 1964: p 456); Capital III (Moscou, 1959: p 440).
31. 'Wages, Price and Profit', Marx-Engels— Selected Works (in one volume) (hereafter MESW) (Moscou, 1970: p 208.).
32. Grundrisse der Kritik der politischen Okonomie (hereafter Grundrisse) (Berlim, Dietz: p 75).
33. Assim, quando A. Nove, o renomado soviologista, escreve: “Às vezes se alega que nenhuma distinção entre socialismo e comunismo era conhecida por Marx... Certamente não é bem assim. A *Critica ao Programa de Gotha* de Marx falou de um primeiro ou inferior estádio”; ele mostra como não se deve ler Marx. Vide sua obra *The Economics of Feasible Socialism* (Londres, George Allen e Unwin, 1983; p 10).
34. IP I (Moscou, 1982: pp 24ff); SW 1 (Moscou, 1970: pp 50ff).
35. 'Kritik der Gothaer Programms', Marx-Engels, Ausgewahlte Schriften (hereafter MEAS) II (Berlin, Dietz, 1964: p 24); 'Critique of the Gotha Programme', MESW: p327.
36. 'Konspekt von Bakunins Buch 'Staatlichkeit und Anarchic'.Marx-Engels-H^r/te (hereafter MEW) XV111 (Berlin, .Dietz: p 630). Assim, B. Ollman parece estar totalmente confuso quando ele diz, "Marx divide o futuro comunista em fases, uma primeira fase geralmente considerada como a ditadura do proletariado e uma segunda etapa geralmente chamada comunismo total", ('Marx's vision of Communism', Critique 1978, No 8, p 9).
37. Quando Paul Sweezy escreve que "para Marx, o Socialismo era uma sociedade de transição entre o capitalismo e o comunismo", parece mais adequado substituir 'Marx' por 'Lenin'. Veja Post Revolutionary Society (Nova Iorque, MR Press, 1980: p 136).
38. Grundrisse: p 76. A expressão “Offspring of Association” (traduzida como “consequência da associação”) está em inglês no Original.
39. 'Kritik des Gothaer Programms; MEAS II: pp 15,16; 'Critique of the Gotha Programme', MESW: p 319 (ênfase no texto). Nesse sentido, a afirmação surpreendente de Oskar Lange, de que "um estudo cuidadoso dos escritos de Marx estabelece claramente que ele mantinha a visão de que a teoria do valor

se aplica a uma sociedade socialista" ('Marxian Economics in the Soviet Union', American Economic Review 1945, Mach: p 128), é visivelmente baseada em uma leitura errônea dos textos de Marx.

40. 'VII Moskovskaya gubpartkonferentsiya' (1921), PSS 44 (Moscou, 1964: pp 207-08) (nossa ênfase).
41. Zur Kritik der politischem Okononic (Berlim, Dietz, 1958: p 13)' 'Towards a Critique of Political Economy' (Prefácio), MESW: p 181.
42. Grundrisse : pp 9, 413.
43. DK I (Berlim, Dietz 1962: p 99); Capital I (Moscou, 1954: 88).
44. 'Letter to Engels (2-4-1858)' in Briefe uber 'Das Kapital' (Erlangen, 1972: p 88); DK III p 452; Capital III: 436.
45. DK III, ibid; Capital III, ibid. Quando P.J.D. Wiles escreve, 'Nenhum fato é mais ameaçador e herético para o pensamento econômico marxista do que o divórcio entre propriedade e controle por empresas de responsabilidade limitada sob o capitalismo', admira-se sua inocência a respeito dos textos de Marx. Que o autor não entendera nada de Marx fica claro quando, ao referir-se a Marx, ele acrescenta que 'é a acumulação de capital que nos traz do socialismo ao comunismo'. Vide a obra do autor The Political Economy of Communism (Oxford, 1962, pp 50, 60).
46. 'Randglossen zu A Wagners 'Lehrbuch', MEW XIX (Berlin, Dietz, 1962: 370); DK II (Berlim, Dietz 1973: p 101); Capital II (Moscou, 1956: p 100).
47. Le Capital I (Paris, Editions Sociales, 1976: p 448); Capital I: p 588.
48. Similarmente, quando cita Engels justamente sobre o 'desaparecimento' de 'produção privada' sob o capitalismo (State and Revolution, cap IV, seg 4) Lenin negligencia a imensa importância da questão em discussão.
49. Theorien uber den Mehrwert I (Berlim, Dietz, 1956: p 21).
50. DK III: 823 Capital III: p 815.
51. Marx-Engels Studienausgabe (hereafter MESA) III (Frankfurt am Main, Fischer, 1966: pp 71, 73); MESW: pp 47, 49.
52. The Civil War in France, MESW: 290.
53. DK I: p 92; Capital I: pp 82-83.
54. MEAS II: p 15; MESW: p 319.
55. Klassenkämpfe in Frankreich 1848 bis 1850, MEW III (Berlim, Dietz, 1973: p 42).
56. The Civil War in France, op cit; p 291.
57. MESA III: pp 76-77; MESW: p 53 (nossa ênfase). A tradução para o inglês padrão desta frase crucial do *Manifesto* é altamente deficiente.
58. MEAS II: p 18; MESW: p 321.

59. 'Pervonachalni variant..' PSS 36: 161.
60. Ver o artigo de duas partes 'On Co-operation' (1923) (IP III: pp 711-17; SW HI: pp 760-66).
61. Com os sucessores de Lenin, Leste e Oeste, Norte e Sul – como se sabe –, a abolição da propriedade privada (individual) dos meios de produção, propriedade estatal sobre esses meios, sua 'propriedade comum' pela sociedade, abolição do capitalismo', eliminação da 'exploração de pessoa por pessoa', socialismo – tudo isso se tornou expressões equivalentes, em que a primeira é o resultado de um ato legislativo supostamente de autoria do 'estado proletário'.
62. Por exemplo, em Capital I, Ch 1, Sec 4; Capital II Ch 18; Gotha Critique, seção 1, sub-seção 3.
63. MEAS II: p 16; MESW: p 319.
64. DK II: p 358; Capital II: p 362.
65. Nossa tradução do texto de Marx e nossa ênfase.
66. IP II: p 306; SW II: p 310.
67. Ibid: p 294; ibid: p 299 nossa ênfase.
68. A tradução padrão para o Inglês da obra 'Staatswesen', de Marx, como simplesmente 'Estado' é enganosa, bem como inexata. Também é curioso que, enquanto citando o relevante texto de Marx em sua própria tradução, Lenin escrupulosamente usa, para o "Staatswesen" de Marx, o equivalente exato russo 'Gosudarstvennost', mas enquanto parafraseando o texto, ele simplesmente usa 'Estado' ('Gosudarstvo') no mesmo sentido que "Staatswesen" de Marx.
69. DK I: p 93; Capital I: p 83. Aqui Marx ainda não distingue entre as duas fases da 'Associação'.
70. MEAS II: p 16; MESW: p 319.
71. Ad argumentandum, admitindo, tal qual Lenin, que a existência do Estado é necessária na primeira fase do comunismo, por que ele tem que ser um Estado 'burguês'? Será que é porque só um Estado burguês pode administrar um 'direito burguês'? Na medida em que a primeira fase do comunismo, por definição, é inaugurada somente após o período de transição ter chegado ao fim – junto com a ditadura do proletariado, que se erguera sobre as ruínas do Estado burguês –, a existência do estado burguês, nessa fase, implicaria que os próprios trabalhadores, na ausência da burguesia (também por definição), recriariam o estado burguês (embora parcialmente), depois de ter abolido seu próprio estado. Interessante.
72. A Incompatibilidade entre estado e socialismo (isto é, 'Associação') que Marx mostra quase ininterruptamente, a começar com sua polêmica contra A. Ruge (Kritische Randglossen de 1844, MEWI: p 409), até seu último texto teórico

(Randglossen Zu Adolph 'Wagner Lehrbuch "MEW XIX: pp 360-61), passando por sua polêmica contra Proudhon (Misere de la philosophie, Oeuvres.: Economie I, Paris, Gallimard, p 136), Manifesto Comunista (FIM da Segunda Seção), *Glosas Marginais* de 1875, em que ele denuncia 'a fé servil no Estado' como 'afastada do socialismo' (MEAS II: p 26; MESW: p 329). Ressalte-se que Lenin aceita plenamente a posição marxista sobre o 'definhamento' do estado no futuro. De fato, em seu artigo na Enciclopédia, referido anteriormente, ele diz especificamente que 'por levar à eliminação das classes, o socialismo logo levará também à eliminação do Estado' (IP I.: p 26 , SW I: p 53). Mas aqui ele não faz distinção entre o socialismo e o comunismo. Em *O Estado e a Revolução*, ele sustenta que o Estado desaparecerá apenas na fase superior do comunismo, mas ainda subsistirá na sua primeira fase, ou no que ele chama de 'socialismo'. Com efeito, ele faz uma afirmação ainda mais forte em outro panfleto contemporâneo: 'O socialismo nada mais é senão o capitalismo monopolista do estado posto a serviço de todo o povo e, assim, deixando de ser monopólio capitalista" (II IP: p 201; SW II : p 211), isto é, poderíamos acrescentar, tornando-se simplesmente monopólio estatal. Só podemos dizer que, enquanto a posição de Lenin, em 1913, corresponde plenamente aos textos de Marx, sua posição em 1917 – a posição dominante – não corresponde.

73. II IP: pp 306, 308; SW II: pp 310, 312. Admitindo-se o argumento de Lenin de que existe um 'estado burguês sem burguesia' na primeira fase do comunismo, o sindicato estatal em questão só pode ser o sindicato estatal burguês empregando trabalhadores assalariados na primeira fase do comunismo, dado a ausência (por definição) do estado proletário.

74. Aqui está um exemplo de completa distorção da posição (emancipatória) de Marx de um marxista bem conhecido, que não requer qualquer comentário: 'Sob as condições que Marx descreveu como a primeira fase do socialismo', escreveu Maurice Dobb, 'A existência de diferenças salariais, de acordo com o tipo e quantidade de trabalho realizado, necessariamente desempenha um papel na produção', e, racionalizando o 'socialismo' Soviético, ele acrescentou: 'dar preço à força de trabalho conforme as condições que afetam sua oferta ... era para continuar a ser um componente básico da contabilidade econômica (soviética)'. *Soviet Economic Development Since 1917* (Nova York, International Publishers, 1966: pp 388, 464).

75. Não é preciso dizer que a questão sobre 'praticidade' comparativa ('viabilidade') do modelo inicial de socialismo de Marx face à versão modificada em Lênin ocorre em um nível completamente diferente de abstração.